

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS AVALIATIVAS INCLUSIVAS

ASSESSMENT OF LEARNING FOR STUDENTS WITH DISABILITIES: THE ROLE OF SCHOOL MANAGEMENT IN BUILDING INCLUSIVE ASSESSMENT PRACTICES

Bruna Brandalise¹

Ceres Midding²

Sandra Mara Zago Dallo³

Resumo: A educação inclusiva tem provocado mudanças importantes na forma como a escola compreende o ensino e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, a avaliação precisa superar uma perspectiva baseada apenas em notas e resultados, passando a considerar o percurso, as possibilidades e as necessidades de cada estudante. Este artigo tem como objetivo analisar o papel da gestão escolar na construção de práticas avaliativas inclusivas voltadas aos alunos com deficiência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada a partir da análise de publicações acadêmicas produzidas entre 2020 e 2026 sobre avaliação da aprendizagem, educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado e gestão escolar.

1 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, pós-graduada em Gestão. Escolar pela UNOESC Videira, graduada em Pedagogia pela UNOESC Videira. Atua como assistente de educação na rede estadual de Santa Catarina

2 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, pós-graduada em Gestão. Escolar pela UNOESC Videira, graduada em Pedagogia pela UNOESC Videira. Atua como assistente de educação na rede estadual de Santa Catarina

3 Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University, pós-graduada em Gestão. Escolar pela UNOESC Videira, graduada em Pedagogia pela UNOESC Videira. Atua como assistente de educação na rede estadual de Santa Catarina



A discussão mostrou que a avaliação inclusiva depende da utilização de diferentes estratégias e instrumentos, capazes de permitir que os estudantes demonstrem seus conhecimentos de maneiras diversas. Também foi possível perceber que a gestão escolar possui papel importante nesse processo, especialmente ao promover formação continuada, planejamento coletivo, diálogo entre professores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado e aproximação com as famílias. Conclui-se que a construção de práticas avaliativas inclusivas não é responsabilidade exclusiva do professor, mas envolve toda a organização escolar. Nesse sentido, a gestão pode contribuir para a criação de uma cultura em que a avaliação seja utilizada como instrumento de acompanhamento e promoção da aprendizagem, respeitando as particularidades de cada estudante.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Avaliação da aprendizagem. Alunos com deficiência. Gestão escolar. Práticas avaliativas.

Abstract: Inclusive education has brought about significant changes in how schools understand the teaching and learning of students with disabilities. In this context, assessment must move beyond a perspective based solely on grades and results, shifting instead to consider each student's learning journey, potential, and needs. This article aims to analyze the role of school leadership in developing inclusive assessment practices for students with disabilities. It presents a descriptive, qualitative literature review based on an analysis of academic publications from 2020 to 2026 regarding learning assessment, inclusive education, Specialized Educational Services, and school management. The discussion reveals that inclusive assessment relies on the use of diverse strategies and tools that allow students to demonstrate their knowledge in various ways. It also highlights the crucial role of school leadership in this process, particularly by fostering continuous professional development, collaborative planning, dialogue between teachers and Specialized Educational Services professionals, and close engagement with families. The study concludes that developing inclusive assessment practices is not the sole responsibility of the teacher but involves the entire school organization. Consequently, school

leadership can help create a culture where assessment serves as a tool for monitoring and fostering learning while respecting the unique characteristics of each student.

Keywords: Inclusive education. Learning assessment. Students with disabilities. School management. Assessment practices.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva vem ganhando espaço nas discussões educacionais por defender que todos os estudantes tenham condições de participar da escola e aprender, independentemente de suas características individuais. Nesse cenário, a avaliação da aprendizagem precisa ser compreendida para além da atribuição de notas, pois deve permitir ao professor conhecer o percurso de cada aluno e identificar aquilo que precisa ser retomado ou desenvolvido. Quando se trata de estudantes com deficiência, essa discussão se torna ainda mais importante, uma vez que diferentes formas de aprender exigem também diferentes maneiras de acompanhar e avaliar o processo educativo (GONÇALVES, 2020).

A avaliação de um estudante com deficiência não deve partir da comparação com os demais alunos da turma, mas da compreensão de suas possibilidades, necessidades e avanços. Isso não significa diminuir as expectativas de aprendizagem ou facilitar indiscriminadamente as atividades, mas criar condições para que o aluno demonstre aquilo que aprendeu por diferentes caminhos. Nesse sentido, a avaliação passa a ter uma função pedagógica mais próxima do acompanhamento do desenvolvimento do estudante do que de simples classificação.

Diante dessa realidade, surge a seguinte questão: qual é o papel da gestão escolar na construção de práticas avaliativas inclusivas capazes de favorecer a aprendizagem de alunos com deficiência?

Parte-se da hipótese de que a gestão escolar possui papel importante na construção de uma

cultura avaliativa inclusiva, principalmente quando promove diálogo entre gestores, professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e famílias. Considera-se, ainda, que práticas avaliativas pouco flexíveis podem dificultar a demonstração da aprendizagem pelos estudantes com deficiência, enquanto estratégias diversificadas tendem a favorecer um acompanhamento mais coerente com suas necessidades.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de discutir uma questão que ainda gera dúvidas no cotidiano escolar. Em muitas situações, o estudante com deficiência está matriculado e participa das atividades, mas os instrumentos utilizados para avaliar sua aprendizagem continuam seguindo um modelo único. A inclusão, entretanto, não se concretiza apenas pela presença física do aluno na escola; ela também depende das condições oferecidas para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Outro aspecto que reforça a importância deste estudo é o papel exercido pela gestão escolar. O gestor não atua diretamente em todas as situações de sala de aula, mas possui condições de organizar espaços de formação, incentivar o planejamento coletivo, acompanhar as práticas pedagógicas e favorecer a articulação entre os diferentes profissionais. Estudos sobre gestão escolar inclusiva mostram que a atuação da gestão pode contribuir para mudanças de concepção e para a construção de uma cultura escolar mais comprometida com a inclusão (REINEHR; RIPA, 2022; CARVALHO; LINO, 2023).

Deste modo, o objetivo geral deste estudo é analisar o papel da gestão escolar na construção de práticas avaliativas inclusivas voltadas à aprendizagem de alunos com deficiência. Tem como Objetivos específicos, discutir a avaliação da aprendizagem no contexto da educação inclusiva; compreender as principais dificuldades encontradas na avaliação de estudantes com deficiência; analisar a importância da gestão escolar para a construção de práticas avaliativas inclusivas; identificar estratégias que podem contribuir para uma avaliação mais flexível e coerente com as necessidades dos estudantes; refletir sobre a importância da articulação entre professores, gestão escolar e Atendimento Educacional Especializado.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Foram utilizadas como base publicações acadêmicas produzidas entre 2020 e 2026, relacionadas à avaliação da aprendizagem, educação inclusiva, deficiência, atendimento educacional especializado e gestão escolar. A análise foi realizada a partir da leitura e interpretação das contribuições dos autores selecionados, buscando aproximar os conceitos discutidos na literatura da realidade vivenciada no cotidiano escolar.

O artigo está dividido em três capítulos. O primeiro discute a avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência e os princípios da educação inclusiva. O segundo aborda o papel da gestão escolar na construção de uma cultura avaliativa mais democrática e inclusiva. O terceiro apresenta possibilidades de práticas avaliativas capazes de respeitar as particularidades dos estudantes e favorecer seu processo de aprendizagem. Ao final, são apresentadas as considerações finais, retomando os objetivos propostos e os principais aspectos encontrados na discussão.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A avaliação está presente em praticamente todos os momentos do trabalho escolar. O professor observa, registra, acompanha atividades, identifica dificuldades e verifica avanços. Porém, quando a avaliação é utilizada apenas para classificar os estudantes em função de uma nota, perde-se uma parte importante de sua finalidade pedagógica. Para alunos com deficiência, essa questão se torna ainda mais evidente, pois o modo como o conhecimento é demonstrado pode variar de acordo com as condições de participação e comunicação de cada estudante.

Gonçalves (2020) chama atenção para a dimensão subjetiva presente nas práticas avaliativas realizadas em escolas inclusivas. A forma como o professor compreende a deficiência, a aprendizagem e as possibilidades do estudante interfere diretamente nas decisões tomadas durante a avaliação. Assim, não basta modificar uma prova ou ampliar o tempo de realização de uma atividade; é necessário também rever concepções que podem limitar previamente aquilo que se espera do aluno.

Nesse sentido, avaliar de forma inclusiva significa reconhecer que os estudantes não percorrem exatamente o mesmo caminho para aprender. Um aluno pode demonstrar domínio de determinado conteúdo por meio da escrita, enquanto outro pode apresentar sua compreensão oralmente, por meio de imagens, recursos tecnológicos ou atividades práticas. A diversificação dos instrumentos avaliativos permite que o professor tenha uma visão mais completa do processo de aprendizagem.

Marcelino, Cavalcanti e Calado (2021) destacam a importância da articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o professor da sala regular no acompanhamento da aprendizagem do estudante com deficiência. Essa articulação é importante porque o professor do AEE pode contribuir com informações sobre recursos, estratégias e formas de acessibilidade que favoreçam a participação do aluno nas atividades escolares.

A avaliação inclusiva também precisa considerar o percurso realizado pelo próprio estudante. Isso significa observar de onde ele partiu, quais avanços conseguiu alcançar e quais dificuldades ainda permanecem. Essa perspectiva não elimina a necessidade de trabalhar os objetivos curriculares, mas permite compreender a aprendizagem de maneira mais ampla e menos presa a um único resultado.

Tartuci e Almeida (2021) questionam justamente situações em que a avaliação do estudante com deficiência intelectual deixa de acompanhar sua aprendizagem e passa a funcionar apenas como justificativa para sua aprovação. Essa preocupação é importante porque inclusão não significa simplesmente garantir que o aluno avance de ano, mas oferecer condições para que ele efetivamente participe do processo educativo e tenha oportunidades reais de aprender.

Outro ponto importante é evitar que a deficiência seja utilizada como justificativa para reduzir as expectativas pedagógicas. Quando o professor parte da ideia de que determinado aluno não conseguirá aprender, suas práticas podem acabar limitando as oportunidades oferecidas. O processo inclusivo exige justamente o contrário: conhecer as dificuldades sem transformar essas dificuldades em uma definição permanente sobre o que o estudante é capaz de fazer.

A avaliação pedagógica, portanto, deve estar ligada ao planejamento. Ao avaliar, o professor obtém informações que podem orientar as próximas decisões pedagógicas. Se um estudante apresenta

dificuldade em determinada habilidade, esse resultado precisa provocar uma reflexão sobre as estratégias utilizadas e sobre quais caminhos podem ser experimentados posteriormente.

Valentim e Oliveira (2023) ressaltam a importância da avaliação pedagógica no Atendimento Educacional Especializado, destacando que ela pode contribuir para levantar informações relevantes para o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Nesse sentido, avaliar não é apenas verificar o que foi aprendido, mas produzir informações que ajudem a pensar os próximos passos do trabalho pedagógico.

A escola inclusiva precisa, portanto, compreender a avaliação como parte do processo de ensino. Uma atividade avaliativa não deveria representar apenas o momento em que o aluno é julgado, mas uma oportunidade para que professor e estudante percebam o que já foi construído e aquilo que ainda precisa ser trabalhado. Essa mudança de olhar pode contribuir para diminuir situações de exclusão que muitas vezes acontecem de maneira silenciosa dentro da própria sala de aula.

Também é importante considerar que diferentes deficiências podem exigir diferentes formas de acessibilidade. Um estudante com deficiência visual pode necessitar de materiais acessíveis; um estudante surdo pode precisar de recursos linguísticos adequados; outro aluno pode necessitar de apoio para organizar ou expressar suas respostas. Portanto, falar em avaliação inclusiva não significa estabelecer uma receita única, mas pensar em condições adequadas para cada realidade.

A avaliação, quando construída dessa maneira, deixa de ser um instrumento de seleção e passa a funcionar como parte do processo educativo. Essa mudança exige conhecimento, planejamento e disposição para rever práticas que já estão incorporadas ao cotidiano escolar. É nesse ponto que a gestão escolar começa a assumir uma função importante, pois mudanças nas práticas avaliativas não dependem somente da iniciativa individual do professor.

O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS AVALIATIVAS INCLUSIVAS

A gestão escolar possui responsabilidades que ultrapassam as questões administrativas. O gestor também participa da organização pedagógica da escola, acompanha o trabalho desenvolvido pelos professores e contribui para a construção da cultura institucional. Por isso, quando se fala em avaliação inclusiva, é necessário compreender que a responsabilidade não pode ficar restrita ao professor que possui um estudante com deficiência em sua turma.

Reinehr e Ripa (2022) mostram que a gestão escolar possui papel relevante na construção de uma educação inclusiva, especialmente quando atua na dimensão pedagógica e favorece mudanças de concepção dentro da escola. A gestão, nesse sentido, pode criar condições para que a inclusão seja discutida coletivamente e não tratada como responsabilidade isolada de determinados profissionais.

Carvalho e Lino (2023) também evidenciam a importância da gestão escolar para a efetivação da educação inclusiva. A presença de estudantes com deficiência exige mudanças na organização escolar, na formação dos profissionais e nas práticas pedagógicas. Dessa forma, o gestor precisa acompanhar essas mudanças e estimular a participação dos diferentes sujeitos envolvidos no processo.

Uma das contribuições mais importantes da gestão é proporcionar momentos de planejamento coletivo. Muitas dificuldades encontradas pelos professores poderiam ser enfrentadas de maneira mais adequada se houvesse espaços regulares para discutir casos, compartilhar experiências e construir estratégias. A ausência desses momentos tende a fazer com que cada profissional tente solucionar sozinho situações que, na realidade, exigem uma ação coletiva.

A formação continuada também ocupa um lugar importante nesse processo. Não se pode esperar que todos os professores conheçam, de maneira aprofundada, as diferentes formas de deficiência e todas as possibilidades de avaliação. A escola precisa criar oportunidades para que os profissionais aprendam, troquem experiências e reflitam sobre suas próprias práticas.

Outro aspecto fundamental é a relação entre gestão e Atendimento Educacional Especializado.

O AEE não deve funcionar como um espaço separado da escola regular, mas como parte de uma rede de apoio ao estudante. A gestão pode facilitar essa articulação, garantindo momentos de diálogo entre o professor do AEE, os professores das turmas regulares e os demais profissionais envolvidos.

Lagrange e Paschoalino (2023) mostram que a relação entre gestão escolar e inclusão apresenta desafios que permanecem mesmo diante das normativas que asseguram o direito à escolarização dos estudantes com deficiência. O estudo, voltado à inclusão de estudantes surdos, evidencia que a existência de uma política inclusiva não garante, por si só, que todas as barreiras sejam eliminadas.

Esse aspecto também pode ser observado no campo da avaliação. Uma escola pode afirmar que trabalha com inclusão, mas continuar utilizando instrumentos avaliativos rígidos, sem acessibilidade ou sem considerar as características dos estudantes. Existe, portanto, uma diferença entre defender a inclusão no discurso e incorporá-la efetivamente às práticas escolares.

A gestão pode contribuir para diminuir essa distância por meio do acompanhamento pedagógico. Isso envolve conhecer como os estudantes estão sendo avaliados, conversar com os professores, analisar registros e verificar se os instrumentos utilizados permitem que todos participem. Não se trata de fiscalizar o professor, mas de construir coletivamente condições melhores de trabalho.

Salerno, Derré e Lopes (2026) reforçam que a gestão escolar possui potencial mobilizador para a efetivação da inclusão e para a garantia do direito à educação. As autoras destacam que os avanços legais são importantes, mas precisam ser acompanhados de ações capazes de transformar esses direitos em experiências concretas dentro da escola.

A gestão também precisa ouvir os estudantes e suas famílias. Em muitos casos, a família possui informações importantes sobre formas de comunicação, interesses, dificuldades e estratégias que funcionam melhor com determinado aluno. Essa participação não significa transferir à família a responsabilidade pedagógica, mas reconhecer que a inclusão pode ser fortalecida quando existe diálogo.

Outro desafio está relacionado aos recursos disponíveis. Materiais adaptados, tecnologias assistivas, profissionais de apoio e condições adequadas de acessibilidade dependem, muitas vezes,

de decisões administrativas e políticas públicas. A gestão escolar pode identificar essas necessidades, encaminhá-las aos órgãos responsáveis e buscar alternativas dentro das possibilidades da instituição.

Por fim, construir práticas avaliativas inclusivas exige uma mudança de cultura. Não basta alterar uma prova ou oferecer mais tempo ao estudante. É preciso compreender que a diversidade faz parte da escola e que o planejamento pedagógico deve partir dessa realidade. Quando a gestão assume essa perspectiva, cria-se um ambiente em que o professor não precisa enfrentar sozinho os desafios da inclusão.

POSSIBILIDADES PARA UMA AVALIAÇÃO MAIS INCLUSIVA

Uma das possibilidades para tornar a avaliação mais inclusiva é ampliar a variedade de instrumentos utilizados pelo professor. Provas escritas podem continuar fazendo parte do processo, mas não precisam ser a única forma de verificar a aprendizagem. Trabalhos, apresentações, atividades práticas, produções visuais, registros, observações e atividades mediadas podem oferecer informações diferentes sobre aquilo que o estudante aprendeu.

O portfólio é um exemplo de recurso que pode favorecer esse acompanhamento. Por meio dele, é possível reunir produções realizadas ao longo de determinado período e observar mudanças que talvez não aparecessem em uma avaliação pontual. Para estudantes com deficiência, esse tipo de registro pode ser especialmente útil porque permite acompanhar o processo e não apenas um resultado isolado.

A observação sistemática também pode contribuir para uma avaliação mais próxima da realidade do aluno. O professor pode registrar como o estudante participa, quais estratégias utiliza, em quais situações demonstra maior autonomia e em quais momentos necessita de apoio. Essas informações ajudam a compreender a aprendizagem de maneira mais ampla.

Outra estratégia é a adaptação dos instrumentos avaliativos. Adaptar não significa retirar do estudante o direito de aprender determinado conteúdo, mas oferecer uma forma acessível de

demonstrar sua compreensão. O tamanho da fonte, a quantidade de informações apresentadas, o uso de imagens, a possibilidade de resposta oral e o tempo disponível são alguns aspectos que podem ser considerados.

Valentim e Oliveira (2023) reforçam que a avaliação pedagógica precisa produzir informações capazes de orientar o trabalho com o estudante. Dessa maneira, o resultado de uma avaliação pode servir para reorganizar o planejamento e não apenas para preencher um registro escolar.

A avaliação também pode ser construída de forma mais processual. Em vez de concentrar toda a decisão em uma única prova, o professor pode acompanhar pequenas evidências de aprendizagem ao longo das aulas. Essa prática permite perceber dificuldades mais cedo e realizar intervenções antes que elas se acumulem.

O feedback é outro elemento importante. O estudante precisa compreender, dentro de suas possibilidades, aquilo que conseguiu realizar e aquilo que pode melhorar. Comentários claros e objetivos podem ser mais úteis do que simplesmente apresentar uma nota. Para alunos com deficiência, o feedback pode precisar de recursos específicos de comunicação, de acordo com suas necessidades.

A participação do estudante no processo avaliativo também merece atenção. Sempre que possível, ele pode ser convidado a falar sobre suas dificuldades, preferências e avanços. Essa participação contribui para desenvolver autonomia e permite ao professor conhecer aspectos que nem sempre aparecem nos instrumentos tradicionais.

A família pode colaborar com esse acompanhamento. O diálogo entre escola e família permite perceber se determinadas estratégias estão funcionando e se existem mudanças no comportamento ou na aprendizagem que merecem atenção. Essa aproximação precisa ocorrer de forma respeitosa, evitando transformar a família em responsável por resolver dificuldades que pertencem ao âmbito escolar.

O planejamento coletivo entre professor da sala regular e professor do AEE pode ajudar na escolha dos instrumentos. Marcelino, Cavalcanti e Calado (2021) destacam justamente a importância da orientação e articulação do AEE com o professor da sala regular para o processo de avaliação do

estudante com deficiência.

Também é necessário acompanhar os efeitos das adaptações realizadas. Uma estratégia que funciona para um estudante pode não apresentar o mesmo resultado para outro. Por isso, as adaptações precisam ser avaliadas e ajustadas de acordo com a resposta do próprio aluno. A inclusão exige atenção constante às necessidades concretas, e não aplicação automática de modelos.

Dessa maneira, uma avaliação verdadeiramente inclusiva não é aquela que simplesmente facilita as atividades. É aquela que mantém o compromisso com a aprendizagem e, ao mesmo tempo, reconhece que os caminhos para chegar a ela podem ser diferentes. A avaliação passa a ser compreendida como parte do trabalho pedagógico, ajudando a escola a perceber o que precisa mudar para que o estudante avance.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o papel da gestão escolar na construção de práticas avaliativas inclusivas voltadas aos estudantes com deficiência. Ao longo da discussão, foi possível perceber que a avaliação precisa ser entendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, e não somente como um mecanismo de classificação. Essa mudança de perspectiva é fundamental para que o estudante seja reconhecido a partir de suas possibilidades e de seu percurso.

A problemática proposta foi respondida a partir da compreensão de que a gestão escolar possui papel articulador nesse processo. Embora o professor esteja diretamente envolvido com a avaliação em sala de aula, a construção de uma cultura avaliativa inclusiva depende também das condições oferecidas pela escola. Formação continuada, planejamento coletivo, diálogo com o AEE, participação da família e acompanhamento pedagógico são ações que podem favorecer mudanças concretas.

A literatura analisada aponta que práticas avaliativas diversificadas podem ampliar as possibilidades de participação dos estudantes com deficiência. A utilização de diferentes instrumentos,

a observação do processo, o feedback, as adaptações necessárias e o acompanhamento contínuo aparecem como caminhos importantes para superar uma avaliação baseada exclusivamente em provas e notas.

Conclui-se, portanto, que avaliar de forma inclusiva não significa diminuir as exigências de aprendizagem, mas criar condições para que cada estudante possa demonstrar seus conhecimentos. A gestão escolar tem papel importante nesse movimento, especialmente quando compreende a inclusão como responsabilidade coletiva. Uma escola inclusiva não é aquela que apenas recebe o estudante com deficiência, mas aquela que organiza suas práticas para que ele possa participar, aprender e avançar.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Camila Lopes de; LINO, Carolina Matteussi. Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 36, n. 1, e21/1-28, 2023. DOI: 10.5902/1984686X69202. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69202>. Acesso em: 10 ago. 2026.

GONÇALVES, Bárbara da Silva Ferreira. Práticas avaliativas no contexto da escola inclusiva: a subjetividade docente em foco. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40528>. Acesso em: 10 ago. 2026.

LAGRANGE, Laura Mattes; PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. Gestão escolar inclusiva e surdez: análise de publicações acadêmicas. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-16, 2023. DOI: 10.14393/REPOD-v13n1a2024-70558. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70558>. Acesso em: 10 ago. 2026.

MARCELINO, Maria José de Souza; CAVALCANTI, Rilva José Pereira Uchôa; CALADO, Maria José. Avaliação da aprendizagem do estudante com deficiência: orientação do atendimento educacional especializado ao professor. *BrazilianJournalofDevelopment*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 12592-12606, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n2-058. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index>.

php/BRJD/article/view/24210. Acesso em: 10 ago. 2026.

REINEHR, Mercia Marques de Mesquita; RIPA, Roselaine. O papel da gestão escolar na construção da educação infantil inclusiva. Revista de Estudos Aplicados em Educação, São Caetano do Sul, v. 7, n. 13, p. 160-177, 2022. DOI: 10.13037/rea-e.vol7n13.8580. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8580. Acesso em: 10 ago. 2026.

SALERNO, Soraia Kfoury; DERRÉ, ThayaraKerolyem Galvani; LOPES, Rosana de Sousa Pereira. Gestão escolar e o direito à educação: desafios para uma escola inclusiva. Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2026. DOI: 10.56579/rei.v8i1.2523. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/2523>. Acesso em: 10 ago. 2026.

TARTUCI, Dulcéria; ALMEIDA, R. V. de M. Avaliação do estudante com deficiência intelectual: acompanhamento do processo de aprendizagem ou legitimação de aprovação automática. Conjecturas, v. 21, n. 7, p. 689-702, 2021. DOI: 10.53660/CONJ-466-537. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/466/>. Acesso em: 10 ago. 2026.

VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Avaliação pedagógica de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 24, n. 72, p. 167-180, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.67307. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67307>. Acesso em: 10 ago. 2026.